



Correspondência aos Autores

¹ Wellington Tischer

E-mail: wellington.tischer@outlook.com

Universidade do Estado de Santa Catarina

Chapecó, SC, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/99551293940118535>

² Valério Alecio Turnes

E-mail: valerio.turnes@yahoo.com.br

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, SC, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/2685253495482236>

Submetido: 17 dez. 2020

Aceito: 14 jul. 2022

Publicado: 29 set. 2022

[doi> 10.20396/riesup.v9i0.8663669](https://doi.org/10.20396/riesup.v9i0.8663669)

e-location: e023045

ISSN 2446-9424

Checkagem Antiplágio



Distribuído sobre



Interiorização da Pós-Graduação na Região Sul: Dispersão *Stricto Sensu* e Concentração da Excelência

Wellington Tischer¹  <https://orcid.org/0000-0002-3952-5010>

Valério Alecio Turnes²  <https://orcid.org/0000-0002-2923-341X>

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar a distribuição dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) na Região Sul de 1998 a 2018. Os PPGs representam parte significativa da pesquisa aplicada e básica dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) realizada no Brasil e que vem se desconcentrando a partir de políticas públicas de educação superior. Foram utilizados dados secundários a partir da base disponível no Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes). A expansão de PPGs expõe diferenças entre os três estados em termos de capital e interior, público e privado, áreas do conhecimento e conceitos dos cursos. Enquanto as IES privadas contribuem com a expansão da Pós-Graduação no interior de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e na capital do Paraná, ainda há vazios deixados pelos PPGs públicos naqueles dois estados. A reestruturação recente de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem produzido efeitos na Pós-Graduação como uma dispersão de PPGs no interior e a concentração de excelência em pesquisa em universidades consolidadas nas capitais e grandes centros urbanos. PPGs nas áreas multidisciplinares e mestrados profissionais constituem as áreas do conhecimento e graus acadêmicos que mais cresceram no período sendo ainda restrita sua condição de excelência para o interior. Como considerações finais é apresentada a tendência de crescimento de PPGs em Ciências da Vida, Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar em novos campi, novas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas criadas a partir de 2000 em municípios do interior.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação *Stricto Sensu*. Expansão do ensino superior. Mestrado profissional. Avaliação da pós-graduação.

Regionalization of Graduate Education in Southern Brazil: Dispersion of Graduate Programs and Excellence's Concentration

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the distribution of Postgraduate Programs (PPGs) in the Southern Region from 1998 to 2018. The PPGs represent a meaningful part of the applied and basic research in Higher Education Institutions (HEIs) carried out in Brazil and that has been decentralizing from public policies of higher education. Secondary data were used from the base available in the Capes Georeferenced Information System (Geocapes). The expansion of PPGs reveals differences between the three states as capital and interior, public and private, areas of knowledge and course concepts. Private HEI's contribute to the expansion of PPGs in gaps left by the public offer in the interior of Santa Catarina and Rio Grande do Sul and in the capital of Paraná State. The recent establishment of new Federal Institutions of Higher Education (IFES) campuses has produced effects in the Graduate Education as a scattering of PPGs in the interior and the concentration of excellence in research in consolidated universities in the capitals and large urban centers. PPGs in multidisciplinary areas and vocational master's degrees represent the areas of knowledge and academic degrees that have increased the fastest in the period, but their condition of excellence is still restricted to the interior. As final remarks, the tendency of growth of PPGs in Life, Exact, Technological and Multidisciplinary Sciences is presented in new campuses, new public Higher Education Institutions (HEI) created as of 2000 in the inland municipalities.

KEYWORDS

Postgraduate courses. Higher education institutions. Vocational education. Evaluation methods.

Dispersión de Posgrados en el Interior y Concentración de Excelencia: El Caso de la Región Sur de Brasil

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar los Programas de Posgrado (PG) en la Región Sur de Brasil desde 1998 hasta 2018. El Posgrado representa una parte importante de la investigación aplicada y básica dentro de las Instituciones de Educación Superior (IES) llevada a cabo por las políticas públicas nacionales de educación superior basadas en objetivos de desconcentración. Utilizamos datos secundarios disponibles en el Sistema de Información Georreferenciada de Capes (Geocapes). La expansión del Posgrado expone la diferenciación entre los tres estados en términos de capital y no capital, público y privado, áreas de conocimiento y grados. Mientras que las IES privadas contribuyen a la expansión de la Educación de Posgrado, existen lagunas en los Programas de Posgrado públicos en el interior de Santa Catarina y de Rio Grande do Sul y en la capital del estado de Paraná. La reciente creación de IES Federales ha producido efectos en la Educación de Posgrado como la dispersión de los GPs en las ciudades no capitales y la concentración de la excelencia en las universidades consolidadas en los grandes centros urbanos como las capitales. Los Programas de Posgrado multidisciplinares y los másteres profesionales en cuanto a áreas de conocimiento y títulos académicos son los que más han aumentado. Sin embargo, la excelencia sigue restringida fuera de las capitales. Se concluye que existen carencias en Ciencias de la Vida, Exactas, Tecnológicas y Multidisciplinares en los nuevos campus, nuevas IES creadas a partir del año 2000 en las ciudades del interior.

PALABRAS CLAVE

Curso posuniversitario. Instituto de enseñanza superior. Enseñanza científica superior. Método de evaluación.

1 Introdução

O papel das IES como indutoras do desenvolvimento econômico tem readquirido importância na literatura científica relacionada ao desenvolvimento de regiões onde se instalam. Isso coloca em evidência a relevância de estudos focados na importância das IES privadas e públicas para o rompimento do ciclo de pobreza econômica. A educação superior no Brasil é altamente concorrencial, com grande participação das IES privadas que tem dificuldade em verticalizar os serviços educacionais através da Pós-Graduação, sendo mais comum a oferta de cursos de graduação e de especialização em nível *lato sensu*. A Pós-Graduação *stricto sensu* e a pesquisa científica ainda se encontram concentradas em IES públicas. Passados vinte anos após 1998, ano em que foram promovidas inovações consideráveis na Pós-Graduação, se fazem necessários estudos que abordem e avaliem a expansão e interiorização das IES públicas e privadas.

A expansão de cursos de Pós-Graduação em um país desigual como o Brasil, ocorre de forma diferenciada entre os diferentes graus, por áreas do conhecimento e conceitos que representam a excelência acadêmica em pesquisa, sobretudo na porção interior dos Estados, *locus* principal da expansão universitária no Brasil. Em termos espaciais as categorias capital e interior, privada e pública também expõem diferenças nos três estados da Região Sul, onde mesmo a rede federal de ensino superior, apresenta-se fortemente “estadualizada”. Neste contexto, evidenciam-se “fronteiras educacionais” em locais com baixa disponibilidade de instituições, *campus* e cursos superiores conformando de certa forma “vazios de ensino superior” conforme apontaram Santos e Silveira (2000).

O objetivo do presente artigo é analisar a distribuição dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* na Região Sul de 1998 a 2018. O estudo de uma região específica tem a pretensão de evidenciar trajetórias, tendências e lacunas no campo da Pós-Graduação para configurar uma ferramenta útil de análise de gestores de IES, comunidade acadêmica, avaliadores de políticas públicas na busca por compreender os impactos das intenções de redução das desigualdades e assimetrias regionais. O olhar longo de vinte anos de experiência de “interiorização” entre 1998 e 2018, busca compreender, igualmente, o resultado em termos espaciais das políticas de criação de novas IES públicas e indução das políticas de expansão na Pós-Graduação.

O presente artigo é dividido em quatro partes, além desta introdução. Em primeiro lugar, é apresentada uma revisão de literatura sobre a expansão da Pós-Graduação no Brasil durante o século XX com foco na Região Sul e uma breve explanação sobre a atual avaliação de PPGs. Em uma segunda parte, são apresentados os procedimentos de coleta de dados e análises descritivas. Na parte dedicada aos resultados, é apresentada uma caracterização das diferenciações entre os três Estados da Região Sul, que expõe de que forma a distribuição espacial contribuiu para sustentar as assimetrias entre público e privado com relação às categorias de análise (interior e capital). A concentração de excelência dentro de um contexto de “interiorização”, isto é, de desconcentração de PPGs é ao mesmo tempo um fenômeno de

concentração da excelência. Por fim, apresenta-se uma discussão com relação à literatura e, à guisa de considerações finais, a situação dos mestrados profissionais, dos PPGs nas áreas Multidisciplinar e a necessidade de expansão das Ciências da Vida, Exatas e Tecnológicas, sobretudo, para o interior.

2 Revisão de Literatura

A Pós-Graduação no Brasil surge a partir dos anos 1950 para *reaparelhar* o Estado dotando-o de uma diversidade de órgãos entre eles o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) surgida como “Campanha” para reorientar a formação profissional brasileira (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005). Hoje, a Capes adota a palavra Coordenação como primeira letra do acrônimo e é ao lado do CNPq, as duas maiores agências de fomento à pesquisa e pós-graduação em nível federal.

O movimento dos planos com relação à Pós-Graduação no Brasil tem dois movimentos chaves: a internacionalização e a expansão voltada principalmente à ampliação na formação de novos doutores. A Capes e o CNPq têm assumido o papel de principais agentes de incentivo e condução do desenvolvimento de PPGs em áreas prioritárias através da redução de desigualdades existentes na pesquisa entre as regiões do Brasil e configuram-se como agentes estratégicos, embora não sejam os únicos, para as políticas econômicas e de desenvolvimento científico do Estado (FERREIRA; CHAVES, 2018).

O contexto de organização e formatação de um sistema gerenciado pela Capes nos anos 1960 permitiu que ocorresse uma expansão e uma institucionalização da Pós-Graduação no Brasil em 50 anos (MAGALHÃES; REAL, 2020). A Pós-Graduação é parte integrante do complexo universitário, necessário à plena realização dos fins da universidade, que em seu documento regulatório original na Portaria do Ministério da Educação 977/1965, estabelecia o ambiente e os recursos adequados para que se realizasse a livre investigação científica e disseminação de cultura universitária (MORAES, 2016).

No âmbito da Pós-Graduação, o documento denominado “*Desenvolvimento e Educação*” (MEC, 1975) previa o aumento do número de mestrados e doutorados com destaque nas áreas do conhecimento das Ciências Exatas, Engenharia, Ciências Sociais e Ciências Biológicas (63% da oferta formativa). Muito embora o documento fizesse alusão à formação de professores, educação, letras, profissões agroindustriais, profissões sociais e Ciências da Saúde (37%) que receberiam um menor incentivo com relação às primeiras consideradas vitais para o desenvolvimento de polos de desenvolvimento durante o período militar.

Os cursos de graduação, que viriam a se tornar a base da Pós-Graduação, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades estavam muito mais dispersos no território se comparados às Engenharias, Ciências Agrárias e Medicina que se concentravam em

municípios mais populosos (CORRÊA, 1974). Deve-se admitir, também, que a dispersão tem natureza particular, isto é, privada e a concentração tem natureza pública que aglutina também no Brasil a condição de poder e prestígio com relação à excelência acadêmica sendo a base da pesquisa brasileira nas instituições universitárias, sobretudo as universidades públicas. A concentração, é dupla: espacial e institucional pois as universidades públicas concentravam, nos anos 1980, o maior contingente de cursos de Pós-Graduação com 80% do mestrado (PEREIRA DE SOUZA, 1991).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão compreendida como princípio ao funcionamento das universidades brasileiras é considerada uma marca na hierarquia brasileira entre algumas universidades públicas no topo e a base formada por uma quantidade enorme de faculdades e institutos isolados com caráter não universitário, em geral, privado (DEL VECCHIO; SANTOS, 2016).

As universidades são um elemento do sistema institucional regional que está lutando para se adaptar a um processo global competitivo de investimentos e empregos. Neste contexto, há uma pressão por engajamento local com um foco particular na inovação no qual o conhecimento é visto como uma *commodity*, ao mesmo tempo que o capital humano e o capital social. Tensões ocorrem entre os agentes com relação aos benefícios eventuais e condicionam o financiamento da pesquisa com critérios típicos da teoria da localização (CHARLES, 2006).

A desigualdade regional se explica pela baixa atratividade de investimentos devido a um menor acúmulo de capacidades instaladas e a uma trajetória de desenvolvimento mais lenta que outras regiões. Assim, regiões com menor concentração de pesquisadores como o interior possuem menor capacidade de atração de recursos para desenvolver suas atividades (SILVA; BASTOS, 2014). No interior da Região Sul, as capitais regionais exerceram, ao longo do século XX, o poder de atração de IES, cursos superiores de graduação e PPGs, bem como de pesquisadores e estudantes como uma possibilidade de qualificação e especialização mais próxima se comparadas a Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

A concentração regional no Sudeste da oferta de vagas de graduação é ainda maior na Pós-Graduação do que na graduação, sendo que em nível de doutorado apenas a Universidade de São Paulo (USP), universidade estadual paulista, titulava no final do século XX algo em torno de metade dos doutores do Brasil (SGUISSARDI, 2000). Ainda, as 27 capitais dos estados abarcavam 68,7% da oferta de Pós-Graduação e, também, os cursos de mestrado e doutorado considerados de excelência (conceito seis e sete) limitada a poucos centros urbanos. Nos municípios do interior com exceção de grandes cidades médias, predominavam um baixo número de cursos e, geralmente, em uma única grande área com poucos cursos de excelência (IBGE, 2008).

Após a expansão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as cidades de hierarquia urbana intermediária como os municípios de médio porte têm aumentado sua importância como centros universitários a

partir da expansão da Pós-Graduação das IFES, muito embora, no que diz respeito ao aumento de cursos de mestrado e doutorado no interior, as capitais brasileiras ainda abarquem 57,4% dos cursos, sendo que a concentração é ainda maior em municípios que apresentam cursos de excelência enquanto a distribuição da graduação apresenta tendência de atendimento a critérios populacionais segundo IBGE (2020).

O Relatório para a Capes elaborado pela consultoria Clarivate Analytics (2017) reconhece que, em termos de publicações e citações, a atividade de pesquisa no Brasil ainda está fortemente concentrada em alguns estados, particularmente, em São Paulo. A concentração é ao mesmo tempo institucional, as três maiores estaduais paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) produzem algo em torno a 1/3 dos artigos indexados nas principais bases de dados. Há também diferentes focos de pesquisa em termos de excelência em pesquisa que faz com que alguns estados se destaquem acima da média nacional, é o caso de São Paulo na área da Medicina, o Rio de Janeiro em Matemática e Física e o Distrito Federal em Ciências da Terra e do Ambiente e Ciências Sociais.

A concentração geográfica é também uma concentração de recursos em termos de produção editorial e gráfica circunscrita a cinco municípios brasileiros (São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre). A alocação em pesquisa básica e aplicada, infraestrutura, bolsas de estudo para iniciação científica e programas de Pós-Graduação *stricto sensu* segue esta lógica e é fruto de decisões sobre a capacidade instalada em universidades com primazia das que já as detém (FIALHO, 2012).

Trata-se de uma dotação regional assimétrica de equipamentos de pesquisa brasileira com as Regiões Sul e Sudeste, que concentram 73% da produção científica brasileira e 86% dos pedidos de patentes, e que tem relação ao processo de industrialização no Brasil marcado por movimento de “desconcentração concentrada” a partir da perda relativa de importância da capital paulista, a mesmo tempo que a sua condição de prestígio econômico, social, científico e acadêmico aumenta (DINIZ; VIEIRA, 2015).

Silva e Bastos (2014) também avaliam os efeitos da Pós-Graduação em nível nacional entre 1999 e 2012 e consideram que a Região Sul possui indicadores mais equilibrados de PIB/doutores, modesto indicador de novos doutores e elevado indicador patentes/doutores se comparados às demais regiões brasileiras no período. A Região Sul possui um baixo dinamismo com relação à especialização, que a aproxima da realidade brasileira.

A falta de critérios para a distribuição de recursos da Pós-Graduação tem levado à ampliação de desigualdades e desequilíbrios intra e interregional no Brasil. A busca de um equilíbrio sempre esteve mais guiada pelos órgãos de fomento na fixação de recursos humanos por Estado e não de forma regional. Em termos de PPGs por habitantes, os três estados da Região Sul figuravam entre os sete melhores indicadores do Brasil, mas havia discrepâncias como 65% dos recursos em bolsas que eram destinadas a UFSC, UFPR e UFRGS (BORTOLOZZI; GREMSKI, 2004). Há uma crença de que a expansão recente teria

produzido instituições estatais com pouca pesquisa que se opõe a seletivo grupo de IES de maior intensidade em pesquisa consideradas de elite. Esta crença se deve em partes, devido aos investimentos em recursos humanos e de infraestrutura insuficientes e dedicação para atividades de ensino de graduação, diminuindo inclusive a eficiência do sistema como um todo (VONBUN; MENDONÇA, 2012).

Alguns autores como Afonso (2014), Trevisol (2015) e Massucatto, Pezarico e Rubin-Oliveira (2016) consideram que há uma mudança de perfil institucional e organizacional das IES ao interno de mesorregiões da Região Sul, fruto de ações do REUNI. Apesar de não estar dedicado a Pós-Graduação, essa mudança gerou efeitos na oferta de cursos *stricto sensu* a partir de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que passam a ocupar regiões interioranas e periferias das grandes cidades. Estes autores consideram que a expansão para o Sudoeste do Paraná, a Faixa de Fronteira, as mesorregiões e municípios pequenos que possuem IES desde a década de 1960, em 50 anos ainda não haviam se verticalizado. A criação de novos *campi* de IFES, nesse sentido, pode ser considerado um divisor de águas para a Pós-Graduação, a partir da primeira década de 2000 nesses lugares.

Outros autores como Silva Júnior e Catani (2013) consideram que a expansão *stricto sensu*, a partir da política de expansão do REUNI, tornou-se polo irradiador para as mudanças da universidade pública brasileira, em um movimento de mercantilização internacionalizada. O modo de fazer científico baseado em um tempo econômico que não são os tempos da produção do conhecimento. A política representou um avanço à “conta gotas” exigindo reduzido tempo de investigação e resultados efêmeros perante um novo paradigma de ciência com base em certificação em massa em alinhamento de políticas entre a Capes e o Ministério da Educação com vistas a fomentar políticas nas áreas de formação de professores, áreas da saúde e pesquisa e inovação tecnológica (SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013).

O Estado do Paraná é, ao lado de São Paulo, o Estado que possui maior número de IES públicas estaduais, o Rio Grande do Sul é o Estado que possui maior número de IES comunitárias, seguido por Santa Catarina, que, por sua vez, possui o maior número de IES municipais (MORAES, 2016). Esta condição revela modelos diferentes de distribuição de PPGs na Região Sul nos três estados e de implantação de IFES, pois o Estado do Rio Grande do Sul também é um dos estados brasileiros com maior número de universidades federais, contrastando com Paraná e Santa Catarina. Estas IES sempre estiveram muito “litoralizadas” com maior densidade de IFES na porção litoral e nas capitais que o recente REUNI procurou reverter vindo a ser considerado como um fenômeno de “deslitoralização” apontado por Trevisol (2015).

Clarivate Analytics (2017) assinalou que os três estados da Região Sul também possuem diferentes focos de especialização por área do conhecimento. O Rio Grande do Sul possui um déficit em publicações científicas na área da Matemática e Ciências Físicas na ordem de 5,2%, enquanto o estado do Paraná apresenta grande foco nas Ciências da Vida com 13,9% acima da média nacional e déficit em Medicina na ordem de 6,6% e das Ciências

Sociais em 1,8%, enquanto o estado de Santa Catarina apresenta grande foco nas áreas de Engenharia e Tecnologia com 3,1% acima da média.

O Relatório da Comissão pela Portaria 126/2012 (MEC, 2014) considera sobre o impulso em reestabelecer o papel do Estado como indutor da expansão do ensino superior através do REUNI, que mesmo não tendo sido prevista como metas, a Pós-Graduação foi considerada como uma das principais conquistas. O referido documento indicava a expansão para áreas de conhecimento prioritárias e consolidação em áreas já existentes para otimização de infraestrutura física (obras e equipamentos) e recursos humanos (servidores técnico-administrativos e corpo docente) na perspectiva de criação também de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), novos *campi*, novos cursos de graduação e sobretudo novos cursos *stricto sensu* (MEC, 2014).

No entanto, o processo de verticalização, isto é, a partir de uma base da graduação garantir que os PPGs localizados no interior sejam capazes de colocar-se no mesmo nível que os PPGs localizados nas capitais dos Estados, é ainda muito limitado, no fim da segunda década do século XXI, sobretudo nos municípios e regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Ainda que boa parte das IFES ainda esteja finalizando sua implantação e, por isso, dedicando-se mais à graduação, o momento se configura como uma grande oportunidade para avaliar os resultados das políticas públicas de interiorização e a expansão da Pós-Graduação no interior da Região Sul e reconhecer os desafios que se apresentam.

3 Avaliação da Pós-Graduação no Brasil

Enquanto a expansão da graduação pode ser considerada uma não política, a expansão da Pós-Graduação é resultado de políticas indutivas de longo prazo, orientadas e conduzidas pelo governo central (MARTINS, 2000). O reconhecimento de desigualdades regionais sempre figurou nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), porém nas duas últimas edições, a redução das assimetrias tornou-se um objetivo estratégico para endereçar políticas ao mesmo tempo de Educação Superior e de desenvolvimento socioeconômico (CAPES, 2010).

A adoção de critérios de qualidade para avaliação da Pós-Graduação, a institucionalização, o foco no incremento de desempenho, a otimização das instalações e compromisso com agenda de crescimento econômico foram as principais diretrizes dos três primeiros PNPGs de 1975 até 1997, ao passo que a expansão do sistema e a diversificação de cursos, a internacionalização, a elaboração de novos critérios de avaliação, incentivo à criação de novos cursos de mestrado profissional e a cooperação interinstitucional têm sido focalizados na concepção dos últimos três planos, ao mesmo tempo em que a excelência acadêmica tem sido conservada por meio de incentivos para preservar o nível mais alto (CAPES, 2010).

O último Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) apresentava um quadro de alta concentração de PPGs (59%) e de mestrados profissionais (56%) na Região Sudeste. O VI PNPG (2011-2020), ainda, admitia que as discrepâncias entre regiões, estados e instituições com relação à distribuição de cursos por áreas de conhecimento eram análogas as desigualdades socioeconômicas do quadro nacional (CAPES, 2010).

Os critérios de avaliação da CAPES estão vigentes desde 1997 onde se enfatizam uma combinação de indicadores acadêmicos como livros, *papers*, dissertações e teses baseado em aspectos muito quantitativos e que não comportam mais a complexidade que a Pós-Graduação exige, sendo uma queixa frequente tanto de pesquisadores que a qualificam como um “taylorismo científico” ou mesmo de críticos ao atual sistema que desejam criar mais de um sistema de avaliação com critérios acadêmicos e não acadêmicos (SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013).

Os projetos de cursos *stricto sensu* são avaliados por comitês *ad hoc* denominados de comitês de área com papel de realização de parecer específico e posterior homologação ou não de um Comitê Técnico-Científico. Os cursos estão distribuídos na CAPES em 9 (nove) campos de conhecimento conhecidos por grandes áreas e que, estão alocados em três colégios conforme Quadro 1. Essa classificação, embora não seja a única, é a mais amplamente utilizada por plataformas como Lattes e Sucupira e não obstante o amplo conhecimento por parte da academia, persistem algumas questões de enquadramento com relação à área multidisciplinar.¹

Quadro 1. Colégios, grandes áreas do conhecimento e áreas de avaliação da CAPES

Ciências da Vida			Humanidades			Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar		
Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes	Ciências Exatas e da Terra	Engenharias	Multidisciplinar

Fonte: CAPES (2020)

Os cursos de mestrado profissional e acadêmico e doutorado, avaliados com nota igual ou superior a 3, são recomendados pela CAPES, entretanto no caso das IES estaduais e municipais, este credenciamento possa ocorrer no âmbito do Conselho Estadual de Educação, que têm autonomia para avaliar, credenciar, autorizar ou reconhecer os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de seu respectivo sistema de ensino. O resultado da avaliação serve de base para a formulação de políticas e dimensionamento de fomento como bolsas de estudos, auxílios e apoios, ao lado de área de apoio estratégico e à região em que se situa a IES.

¹ As áreas de Biotecnologia e Ciências Ambientais que não figuram ligadas às Ciências da Vida e as áreas de Ensino e Interdisciplinar poderiam estar mais bem classificadas em Humanidades.

A qualidade dos cursos *stricto sensu* é realizada pelo Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da Capes, por meio de parâmetros de análise pré-estabelecidos gerais e próprios. Os PPGs são avaliados a cada quatro anos pelos comitês de área em primeira instância e pelo comitê técnico em segunda, sendo os resultados expressos em escala de 1 a 7, sendo a nota máxima 5 para os mestrados e 7 para os doutorados e mínima de 3 para os mestrados e 4 para os doutorados (MORAES, 2016).

A avaliação é meritocrática, baseada em áreas de conhecimento associadas ao financiamento e tem reconhecimento por ser realizada por pares desde o seu início. PPGs avaliados com nota 4 são considerados bons, com nota 3 são considerados aceitáveis e com notas 2 e 1, os PPGs não podem realizar novas matrículas (CAPES, 2010). Ao fazer parte da composição da média ponderada dos conceitos dos cursos, tanto de graduação, quanto de Pós-Graduação *stricto sensu* de uma IES, é natural que seja uma preocupação de coordenadores, docentes e discentes de PPGs e dos próprios gestores de uma IES a otimização de competição em um quase-mercado que coloca a Pós-Graduação em um dos temas centrais da disputa por poder e prestígio das IES em um cenário concorrencial onde o fator localização pode auxiliar a compreender a dinâmica da criação, consolidação e extinção de cursos *stricto sensu* no território.

4 Métodos

A pesquisa é quantitativa e utilizou dados secundários, com a base de dados extraída do Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) da Capes, no acrônimo Geocapes versão 3.6.9, disponível online. O Geocapes (2020) apresenta indicadores de distribuição dos Programas de Pós-Graduação no Brasil entre outras informações como bolsas de pesquisa, distribuição de discentes, docentes, acesso à periódicos e investimento. Este sistema, permite, também a elaboração de cartogramas por Unidades da Federação em escala nacional e por município em escala estadual. As buscas foram realizadas entre março e julho de 2020 e a partir desta foi realizada tabulação dos dados em software de cálculos e planilhas sendo possível construir uma base de dados que agregassem os três estados da Região Sul.

A desagregação dos PPGs no Geocapes se deu por ano, Unidade da Federação (Estados), região, status jurídico (diferente de categoria administrativa), código do programa, nome, área, descrição área, grande área, área de avaliação, grau e conceito. Foi criada a categoria analítica de localização capital/interior para melhor compreender a distribuição dos PPGs. Utilizou-se os anos 1998 e 2018, sendo o primeiro um “marco” como recordam Ferreira e Chaves (2018) com relação à Pós-Graduação pela elaboração de novas normas, implementação de novos graus acadêmicos como o mestrado profissional e critérios de desempenho na avaliação de cursos *stricto sensu* e o último e mais recente registro para avaliar a expansão na Região Sul.

A própria existência de um SIG pode ser considerada uma importante ferramenta de transparência pública e demonstra o interesse de agências de fomento como a Capes em promover justa distribuição de recursos na Pós-Graduação. Análises espaciais como no presente estudo, também, podem ajudar a melhor compreender o fomento institucional e o balanceamento em nível nacional e local baseadas no processo conduzido por agentes públicos hegemônicos (federal e estadual) e privados que ao mesmo tempo caracterizam as presenças, ausências e densidades históricas de instituições e atividades econômicas no território conforme assinalam Santos e Silveira (2000).

5 Resultados

Em 1998, havia 217 PPGs na Região Sul e, em 2018, este número salta para 926 PPGs, em termos absolutos um aumento de 327% em 20 anos, conforme Tabela 1. Nas três capitais, Florianópolis (SC), Curitiba (PR) e Porto Alegre (PR), a expansão foi de 140%, partindo de 150 para 360 PPGs, enquanto para o interior da Região Sul, o aumento é de 745%, isto é, cinco vezes maior que nas capitais. Essa “interiorização”, no entanto, segue modelos distintos em cada estado.

Tabela 1. Distribuição dos Programas de Pós-graduação (PPGs) na Região Sul por localização em 1998 e 2018

Localização	1998	2018	%
Capital	150	360	140%
Interior	67	566	745%
Total	217	926	327%

Fonte: Geocapes (2020)

O crescimento de PPGs também é mais significativo em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que nas públicas, 700% e 262%, respectivamente. O segmento público que mais cresceu no período foi das IES públicas estaduais, com um crescimento maior (759%) se comparadas às IES federais (186%). A categoria administrativa federal é responsável pela maior parte dos Programas de Pós-Graduação desde 1998, quando possuía 163 de um universo 185 PPGs, isto é, 88% enquanto as universidades estaduais representavam 12% do total. Em 2018, as universidades federais ainda concentravam algo em torno de 70% da oferta pública de PPGs, enquanto as universidades estaduais 28%. Ainda, 2% da oferta corresponde às IES municipais que, conforme mostra a Tabela 2, não possuíam PPGs em 1998.

Tabela 2. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) na Região Sul por categoria administrativa e segmentos em 1998 e 2018

Categoria administrativa	1998	2018	Crescimento [%]
Privada	32	256	700%
Pública	185	670	262%
<i>Federal</i>	163	466	186%
<i>Estadual</i>	22	189	759%
<i>Municipal</i>	0	15	-
Total	217	926	327%

Fonte: Geocapes (2020)

Em 1998, a oferta estava concentrada em IES públicas nas três capitais: Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS), sobretudo nas federais, UFPR, UFSC e UFRGS que representavam 60,37% de toda a oferta de PPGs da Região Sul. Este percentual cai praticamente a metade em 2018, isto é, 30,67% mesmo que se tenha expandido em todos os segmentos. A desconcentração se deu em linhas gerais para o interior com a criação de novas IES públicas (federais e estaduais) e através da verticalização, isto é, criação de cursos de mestrado e doutorado por meio dos cursos de graduação em IES privadas sem fins lucrativos.

Em termos espaciais, o interior do Paraná cresce em importância relativa de 9,22% para 21,38% na Região Sul no período de 1998 a 2018 puxado pela expansão pública de um sistema paranaense de IES estaduais “regionalizadas” e, neste contexto da expansão das universidades e Institutos Federais (IFs) com destaque para o modelo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A expansão para o interior do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina é, basicamente, privada com aumento relativo no período de 7,43% e 4,40% respectivamente.

Os três estados da Região Sul possuem três distintos modelos de universidades estaduais: o Paraná ostenta um privilegiado sistema de universidades estaduais, enquanto os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentam uma única universidade. Santa Catarina possui a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) com arranjo organizacional *multicampus* desde a década de 1950, sendo a terceira universidade estadual brasileira com relativa expansão para as regiões do interior, a partir da década de 1990, verticalizada somente a partir dos anos 2000 e com vocação regional para produção local (PAZETO, 2020), no entanto, os *campi* concentram cursos superiores em áreas afins como em Centros Especializados enquanto o *campus* na capital Florianópolis apresenta o maior número de centros em várias áreas do conhecimento. No estado do Rio Grande do Sul foi criada em 2001, a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs), tardiamente em parte devido ao grande número de universidades federais que o estado possui, com *campi* em praticamente todas as mesorregiões, ainda muito dedicada ao ensino de graduação e semelhante à Udesc, com cursos superiores concentrados na capital.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) ligada à Rede de Institutos Federais de Educação possui 47 de 57 cursos de PPGs de toda a Região Sul, enquanto em 1998 eram apenas 2 Institutos Federais a oferecer cursos *stricto sensu*. O modelo

multicampus da UTFPR por meio da transformação de antigas escolas agrotécnicas e Centros Tecnológicos permitiu uma rápida verticalização, sobretudo no interior e, em parte, devido a densidade de experiências de pesquisa, docentes e infraestruturas acumuladas no ensino secundarista durante décadas em alguns *campi*.

Para o segmento privado, destacam-se dois modelos diferentes: de um lado, o contexto paranaense com a expansão privada para capital, Curitiba (PR), com crescimento de 3,1% na Região Sul, enquanto a capital Porto Alegre tem diminuído em 3,6% a importância regional e Florianópolis (SC) sequer contempla o primeiro curso *stricto sensu* privado em 2018 conforme Tabela 3. No interior dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as universidades comunitárias são *loci* da expansão privada. Estas IES têm contribuído com a presença de instalações públicas não-estatais e, em que pese nunca estiveram próximas de promover a gratuidade, tem preenchido um vazio de educação superior públicas com origem em fundações municipais conquistadas a partir dos anos 1960.

Tabela 3. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) nos Estados da Região Sul por localização e categoria administrativa em 1998 e 2018

Localização/ categoria administrativa	1998	Percentual	2018	Percentual	Variação percentual 1998-2018
<i>Curitiba</i>	34	15,7%	128	13,8%	-1,8%
<i>Privadas</i>	2	0,9%	37	4,0%	3,1%
<i>Públicas</i>	32	14,7%	91	9,8%	-4,9%
<i>Interior do Paraná</i>	20	9,2%	213	23,0%	13,8%
<i>Privadas</i>	-	-	15	1,6%	1,6%
<i>Públicas</i>	20	9,2%	198	21,4%	12,2%
<i>Porto Alegre</i>	78	35,9%	143	15,4%	-20,5%
<i>Privadas</i>	17	7,8%	39	4,2%	-3,6%
<i>Públicas</i>	61	28,1%	104	11,2%	-16,9%
<i>Interior do Rio Grande do Sul</i>	44	20,3%	271	29,3%	9,0%
<i>Privadas</i>	12	5,5%	120	13,0%	7,4%
<i>Públicas</i>	32	14,7%	151	16,3%	1,6%
<i>Florianópolis</i>	38	17,5%	89	9,6%	-7,9%
<i>Privadas</i>	-	-	-	-	-
<i>Públicas</i>	38	17,5%	89	9,6%	-7,9%
<i>Interior de Santa Catarina</i>	3	1,4%	82	8,9%	7,5%
<i>Privadas</i>	1	0,5%	45	4,9%	4,4%
<i>Públicas</i>	2	0,9%	37	4,0%	3,1%
Total	217	100%	926	100%	

Fonte: Geocapes (2020)

Os PPGs têm se deslocado relativamente da capital para o interior nos segmentos público e privado no período. A participação que era de 8,76% das IES privadas e de 60,37% de IES públicas na capital passa a 8,21% e 30,67%, respectivamente. No entanto, a participação “estabilizada” na capital vai de encontro ao aumento relativo no interior de 5,99% para 19,44%, semelhante à oferta pública que vai de 24,88% para 41,68% no mesmo período. A distribuição dos PPGs nos estados demonstra que o segmento federal é ainda o mais relevante com relação ao *stricto sensu* que está ainda concentrado nas capitais

representando ¼ do total do estado no Rio Grande do Sul e Paraná e 40,9% em Santa Catarina. No Paraná, destaca-se uma maior distribuição para o interior com 45,2% dos PPGs em universidades estaduais e 12,9% em IFES. No Rio Grande do Sul, a Pós-Graduação *stricto sensu* federal já está interiorizada conforme Tabela 4. Como lacunas é possível perceber a baixa representatividade, no Paraná, das IFES e IES particulares no interior, bem como no interior de Santa Catarina da participação das IFES.

Tabela 4. Distribuição dos PPGs por localização em cada estado por categoria administrativa em 2018

Categoria administrativa	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Federal	26,7%	12,9%	40,9%	5,3%	25,1%	35,7%
Estadual	-	45,2%	11,1%	7,6%	-	0,7%
Municipal	-	-	-	8,8%	-	-
Particular	10,9%	4,4%	-	26,3%	9,4%	29,0%
Total	100%		100%		100%	

Fonte: Geocapes (2020)

A oferta privada de cursos de mestrado e doutorado nas capitais tem diminuído relativamente em todas as grandes áreas do conhecimento, exceto em Ciências Sociais Aplicadas, enquanto a oferta pública diminui relativamente em todas as áreas do conhecimento à metade com exceção de Ciências da Saúde que continua sendo um polo educacional nesta área. Este percentual é ocupado, principalmente, pelos PPGs em IES privadas do interior enquanto as IES públicas têm diminuído, relativamente, no período de 33,33% para 30,65%, conforme Tabela 5.

Tabela 5. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação por grandes áreas do conhecimento, localização e categoria administrativa em 1998 e 2018

Áreas do conhecimento	1998	Capital				Interior										
		Privada		Pública		Privada		Pública								
		1998	% do total por área	2018	% do total por área	1998	% do total por área	2018	% do total por área							
Ciências da Saúde	1	16,7	13	10,5	3	50,0	53	42,7	-	-	20	16,1	2	33,3	38	30,6
Ciências Exatas e da Terra	2	7,7	2	3,2	16	61,5	23	37,1	1	3,8	4	6,4	7	26,9	33	53,2
Ciências Humanas	5	15,2	12	9,4	19	57,6	34	26,8	5	15,1	26	20,5	4	12,1	55	43,3
Ciências Biológicas	6	12,0	2	3,4	35	70,0	30	50,8	1	2,0	4	6,8	8	16,0	23	39,0
Ciências Agrárias	-	-	1	1,0	13	36,1	20	20,2	1	2,8	10	10,1	22	61,1	68	68,7
Engenharias	1	4,2	4	3,8	17	70,8	35	33,6	-	-	18	17,3	6	25,0	47	45,2
Ciências Sociais Aplicadas	3	14,3	24	16,7	13	61,9	41	28,5	3	14,3	38	26,4	2	9,5	41	28,5

Linguística, Letras e Artes	1	10,0	4	9,37	7	70,0	15	34,9	0	-	8	18,6	2	20,0	16	37,2
Multidisciplinar	0	-	14	8,57	8	72,7	33	20,1	2	18,2	52	31,7	1	9,1	65	39,6
Total	19	8,8	76	8,2	131	60,4	284	30,7	13	6,0	180	19,4	54	24,9	386	41,7

Fonte: Geocapes (2020)

Algumas áreas do conhecimento são, historicamente, públicas como Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Engenharias e Linguística, Letras e Artes que possuem mais de 70% dos PPGs no segmento, enquanto, Ciências Humanas apresentam mais de 60% e os segmentos de Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar apresentam um equilíbrio maior com grande participação privada, sobretudo no interior, com 26,39% e 31,71% do total da oferta na Região Sul. As IES públicas do interior passam a ter a maior parcela de cursos nas grandes áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar. Em Ciências da Saúde e Ciências Biológicas permanece a maior participação de PPGs na capital e em IES públicas.

Tabela 6. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação por conceito, localização e categoria administrativa em 1998 e 2018

Conceito	Capital								Interior							
	Privada				Pública				Privada				Pública			
	1998	% do total por conceito	2018	% do total por conceito	1998	% do total por conceito	2018	% do total por conceito	1998	% do total por conceito	2018	% do total por conceito	1998	% do total por conceito	2018	% do total por conceito
Conceito 3	6	31,6	10	13,2	45	34,3	63	22,2	7	53,8	60	33,3	32	59,3	173	44,8
Conceito 4	8	42,1	27	35,5	39	29,8	70	24,6	4	30,8	85	47,2	13	24,1	140	36,3
Conceito 5	5	26,3	25	32,9	33	25,2	83	29,2	1	7,7	30	16,7	6	11,1	52	13,5
Conceito 6	-	-	12	15,8	13	9,9	46	16,2	1	7,7	4	2,2	3	5,6	14	3,6
Conceito 7	-	-	2	2,6	1	0,8	22	7,7	-	-	1	0,6	-	-	6	1,5
Conceito A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,3
Total	19	100	76	100	131	100	284	100	13	100	180	100	54	100	386	100

Fonte: Geocapes (2020)

Se considerarmos os conceitos 5, 6 e 7 os segmentos apresentam uma condição diferente entre capital e interior e privada e público. Mais da metade dos PPGs localizados na capital, tanto em IES públicas quanto privadas podem ser considerados de excelência com 2,63% e 7,75% no conceito 7, 15,79% e 6,20% no conceito 6 e 32,89% e 29,23% no conceito 5. A quantidade relativa de PPGs com conceito 3, que está na base da excelência acadêmica, diminuiu nas capitais e representa 13,16% e 22,18% do total, respectivamente em 2018, conforme Tabela 6.

A realidade é oposta nas IES localizadas no interior, onde menos de 20% dos cursos estão na faixa de conceito 5 para cima e, ainda, tanto em 1998 como em 2018. Uma das prováveis razões para o desempenho do interior abaixo das capitais tem a ver com as dificuldades em sedimentar profissionais especializados e a infraestrutura disponibilizada menos robusta do que as IES consolidadas como as universidades públicas ou Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) situadas em Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS).

Os cursos *stricto sensu* superiores ao conceito 5 estão concentrados em algumas IES como a Universidade Estadual de Maringá (UEM) com 17 cursos de excelência, a Universidade Federal de Santa Maria com 13, a Universidade do Vale dos Rios dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS) com 12, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) com 11, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nos *campi* Pelotas com 6 cursos e UFPel Capão do Leão com 5 cursos e a Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG) com 6 e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) com 5.

Neste sentido, Maringá (PR), Londrina (PR) e Santa Maria (RS) têm cumprido um papel de atratividade maior no que diz respeito ao *stricto sensu* para o interior, enquanto a Pós-Graduação em termos de excelência encontra-se ainda muito “litoralizada” em IES localizadas na periferia das capitais, permanecendo um “vazio” de Pós-Graduação e de pesquisa *nas* e *das* regiões interioranas, sobretudo nas fronteiras com os países vizinhos onde Unila, Unipampa e a UFFS se instalaram e que por sua recente implantação ainda podem contribuir com uma densidade maior de oferta em áreas do conhecimento que avancem sobre questões de interesses regionais.

Os PPGs na Grande Área Multidisciplinar apresentam 88,03% dos PPGs com os conceitos 3 e 4 é ainda maior nos mestrados profissionais com 96,81% destes com conceito inferior ao 5 na Região Sul, enquanto nas capitais dos Estados, estes indicadores são de 55,32% e 84,62% respectivamente. Não implica dizer que a localização deste grau e da grande área do conhecimento não está determinando o conceito, mas de que os lugares que estão mais bem equipados, com instalações melhores e docentes melhor qualificados possuem maior nota, publicam mais e assim contemplam mais investimentos e bolsas alimentando um ciclo virtuoso com relação ao desempenho. A excelência torna-se um elemento de diferenciação dos PPGs, no conjunto da Região Sul com 32,18% obtendo o conceito 5, no interior este percentual encontra-se em 19,08%, nos PPGs da grande área multidisciplinar e 11,97% e, nos mestrados profissionais, o percentual situa-se em 3,19%.

Em parte, esta condição pode ser atribuída a condição recente da expansão que ainda não conquistou a maturidade de ciclos avaliativos. Pode-se considerar, desta maneira, que a passagem de nível é mais facilmente conquistada pelas IES consolidadas por sua condição de estar mais bem localizadas e com melhores condições em termos de infraestruturas, sem contar na experiência acumulada por consecutivos períodos avaliativos. Não obstante, deve-se também considerar que dos 217 cursos de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* presentes na Região Sul do Brasil em 1998, 94,05% destes ainda ofertavam cursos de mestrado e doutorado em 2008 e, em 2018, 93,55%, isto é 203 ainda existiam. Este indicador expressa a

longevidade dos cursos de PPGs após duas décadas de políticas públicas de ensino superior em nível de graduação e de Pós-Graduação tendo que conviver com períodos sucessivos de ora investimento e ora desinvestimento.

Já os mestrados profissionais têm focado na formação pós-universitária com vistas a melhorar o desempenho de profissionais, em termos absolutos, o crescimento de mestrados e doutorados acadêmicos, de 6 em 1998 localizados em IES públicas nas capitais, passam a 146 na Região Sul, em 2018, sendo 45 nas IES privadas e 49 em IES públicas. Ainda, esses mestrados profissionais possuem maior relação evadidos/concluintes com 20,38%, em 2017, quando comparados aos mestrados e doutorados acadêmicos que reduzem estes percentuais de 32,17% para 12,49% e 27,35% para 13,26%, entre 1998 e 2017, segundo dados disponibilizados por Magalhães e Real (2020). Ainda que a evasão imponha novos desafios e limites, cabe salientar que estes indicadores são menores se comparados com a maioria dos cursos de graduação no mesmo período no Brasil e que, também, contribuem significativamente para a qualificação pessoal e profissional em uma perspectiva de desenvolvimento científica, tecnológica, social e humana.

6 Discussão

O termo 'interiorização' a partir da lente da categoria criada para interior/capital possui limitações por conta da presença de IES, *campi* e, também, de PPGs em municípios no entorno das Regiões Metropolitanas – ao considerá-los como municípios do interior pode-se desprezar a condição territorial de localização próxima às capitais. Ainda, assim segundo o IBGE (2020) os cursos de graduação já se encontram bastante interiorizados na Região Sul com destaque para a oferta privada, o que não ocorre para a oferta *stricto sensu* conforme o estudo procurou destacar. A presença de IES públicas, sobretudo de universidades, é um elemento importante de diferenciação nas regiões na construção de qualificação acadêmica e profissional.

Já o termo deslitoralização (TREVISOL, 2015) parece se encaixar mais na realidade de outras regiões como a Região Nordeste, enquanto para a Região Sul não parece descrever o fenômeno de expansão de PPGs para o interior, já que a concentração de cursos de mestrado e doutorado em IES consolidadas se dá em grandes centros como as capitais a exemplo de Curitiba (PR) que está distante da costa. No entanto, a criação de universidades federais no interior do Rio Grande do Sul e de universidades estaduais no interior do Paraná anterior aos anos 2000 demonstram que alguns centros urbanos foram considerados estratégicos para o desenvolvimento de regiões sujeitando à condição periférica a outros considerados de baixa atratividade. Nesse contexto, proliferou a verticalização lenta de IES privadas e públicas.

O uso do termo 'desconcentração concentradora' para se referir à expansão de cursos para além das IES públicas consolidadas contido em Diniz e Vieira (2015) se adequa melhor ao fenômeno percebido no presente estudo a partir da criação de novos *campi*, cursos e IES longe dos grandes centros, é percebido ao mesmo tempo, um aumento de densidade de cursos

de mestrado e doutorado nas capitais e nas IES consolidadas do interior. O argumento de que muitos dos novos docentes contratados necessitavam de qualificação e as IES consolidadas em nos lugares centrais são os locais com as melhores condições para provê-lo é bastante plausível.

Portanto, as intenções do último PNPG (2011-2020) de que havia uma tentativa de enfraquecimento da universidade humboldtiana mais intensa em pesquisa apontados por Silva Júnior e Catani (2013), ocorreu no sentido contrário, aumentando a importância das universidades estaduais e federais. Como efeitos indiretos do REUNI, verificou-se um aumento de professores doutores e mestres, uma expansão quantitativa de PPGs e fortalecimento de grupos de pesquisas em universidades federais que aumentaram os já bons indicadores de pesquisa com desenvolvimento significativo em áreas de colégio em Exatas e Tecnológicas conforme apontado por Afonso (2014). Da mesma forma, em Ciências da Saúde e Biológicas ainda há uma concentração excessiva de cursos *stricto sensu* em IES públicas nas capitais na Região Sul. No colégio de Ciências da Vida, as Ciências Agrárias migraram da capital para o interior das IES públicas de 1998 a 2018.

Nessas Ciências Agrárias os indicadores apontam para uma grande participação de cursos de mestrado e doutorado sobretudo no interior do Paraná na Região Sul de acordo com Clarivate Analytics (2017), as demais áreas das Ciências da Vida como Ciências Biológicas e Ciências da Saúde ainda podem crescer nas IES nas regiões interioranas. Um argumento muito convincente é a dificuldade de cursos de Medicina de IES do interior, por exemplo, em contratar docentes com formação mínima de mestrado. Da mesma forma, enquanto os cursos de Engenharias estão em saturação sobretudo em Santa Catarina conforme Clarivate Analytics (2017), os cursos da área Multidisciplinar, Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas têm espaço para se desenvolver sobretudo nos novos *campi* e novas IFES que estiveram ainda muito dedicados ao ensino de graduação durante o período compreendido por sua implantação.

Os mecanismos dos órgãos de fomento fizeram com que a concorrência na Pós-Graduação levasse a um quase-mercado que coloca os agentes em busca de mais eficiência no setor público que possui maior “vocação” para a pesquisa (VONBUN; MENDONÇA, 2012). Ainda, uma avaliação com relação ao desempenho em termos de excelência seja ainda muito incipiente já que a verticalização dos cursos de graduação nas novas IES públicas deve-se dar em longo prazo, sobretudo, no modelo universitário de algumas universidades estaduais e das universidades federais. Os Institutos Federais e algumas universidades estaduais, com exceção da UTFPR, ainda se apresentam muito dispersos no território com instalações mais modestas com pouca vocação para a verticalização dos cursos superiores estiveram voltadas ao ensino secundarista no primeiro caso ou com menor porte no segundo.

Essa dispersão espacial se revela também em termos de fragmenta o e segmenta o institucional com distribui o por áreas de conhecimento e conceito aproxima o perfil de algumas IES públicas das privadas em termos de indicadores conforme apontado por De

Souza *et al.* (2014), o que pode indicar um isomorfismo, isto é, uma tendência a padronização em termos organizacionais sob o paradigma *multicampus*, assemelhando essas IES em termos espaciais. Para combater a fragmentação de áreas e a dispersão espacial da Pós-Graduação, pode-se lançar mão de uma solidariedade institucional (SANTOS; SILVEIRA, 2000) ou ainda da cooperação interinstitucional prevista nos últimos PNPG (CAPES, 2010) para promover e estimular a verticalização da graduação e criação de cursos *stricto sensu* a partir da capacidade instalada existente que compreende docentes e infraestrutura. A mobilidade docente e a realização de mestrados e doutorados interinstitucionais, nesse sentido, pode vir a contribuir a verticalização de cursos e a melhoria dos conceitos de novos cursos *stricto sensu*.

Os cursos de Pós-Graduação interdisciplinares tendem a expandir mais do que cursos de ciências básicas na realidade de regiões periféricas do Brasil juntamente com o número de doutores demonstrando um certo dinamismo das IES em superar as condições para promover desenvolvimento (SILVA; BASTOS, 2014). Os mestrados profissionais são outro exemplo que foram, inicialmente, considerados como cursos de “segunda linha” concorrentes aos PPGs acadêmicos por conta da flexibilização e diversificação na sua concepção. Porém, há de se considerar que ainda é uma prerrogativa do *stricto sensu*, a necessidade de formar docentes, investigadores, pesquisadores e servidores para atuarem no ensino superior voltados à academia, ao passo que movimentos contrários como os mestrados profissionais seguem com o compromisso de promover o encurtamento de distâncias criadas entre a academia e outros setores da sociedade (FELTES; BALTAR, 2005).

Ainda, conforme apontam Piquet, Leal e Terra (2005), os baixos indicadores dos mestrados profissionais podem ser explicados por conta dos critérios de avaliação que são baseados essencialmente em produção científica. Não obstante, há uma relevância destas modalidades de mestrados em função do aumento de demanda por pessoal qualificado pela retomada das questões relacionadas ao desenvolvimento regional e da interdisciplinaridade na aplicação de conhecimento (FELTES; BALTAR, 2005; PIQUET; LEAL; TERRA, 2005). A condição de maior relação evadidos quando comparados aos mestrados e doutorados acadêmicos pode, também, estar relacionado com a distribuição desigual de bolsas de estudos em menor número para estes PPGs, tanto em mestrado profissional quanto na área multidisciplinar.

7 Considerações Finais

O presente artigo teve o objetivo analisar a distribuição dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) na Região Sul de 1998 a 2018. O lastro da pesquisa e Pós-Graduação na Região Sul é realizado pelas universidades federais que possuem a maior participação dos PPGs e que vem se desconcentrando para o interior nos últimos anos através de universidades temáticas como se refere McCowan (2019) como a primeira Universidade Tecnológica (UTFPR), ligada à Rede de Institutos Federais, a UFFS como modelo *multicampus* interestadual voltado para as faixas de fronteira, a Unila com vocação para a internacionalização com os países sul-americanos e a Unipampa situada voltada para o Mercosul da mesma forma que as duas anteriores.

Já o topo desta categoria, isto é, os PPGs com melhor desempenho permanecem nas capitais e nas federais consolidadas como a UFPR, UFSC, UFRGS, UFPEL, FURG e UFSM, no segmento estadual, o sistema de IES estaduais paranaenses com a UEL, UEM, UNICENTRO, UNIOESTE e UEPG. Em termos espaciais, apresenta-se um vazio de excelência em Pós-Graduação nas porções centrais dos estados meridionais e na região de fronteira justamente onde a instalação de universidades federais se expandiu com maior intensidade nas últimas duas décadas, mas que ainda está fortemente voltada para o nível de graduação e ainda muito dedicada a superar os desafios da implantação. Nessas universidades públicas, a verticalização da graduação para o *stricto sensu* é ainda muito limitada a exemplo da expansão da Rede de Institutos Federais que ainda se encontra muito dispersa no território. O estado do Paraná com um “sistema” de universidades estaduais “regionais” tem produzido grandes avanços em áreas voltadas às Ciências da Vida, em especial, as Ciências Agrárias. Além, de apresentar bons indicadores de excelência em regiões fora da capital Curitiba (PR), que tem recebido incremento de PPGs em IES privadas.

O interior da Região Sul oferece um potencial para instalação de cursos de Pós-Graduação nas áreas das Ciências da Saúde e Ciências Biológicas do colégio de Ciências da vida, pois a área do conhecimento das Ciências Agrárias já está mais consolidada neste contexto comparativamente. A partir da verticalização dos cursos de graduação em Medicina realizada pelo Programa Mais Médicos, por exemplo, há a necessidade de incremento de profissionais e acadêmicos com formação *stricto sensu* para atuar em novos cursos. Este segmento de Ciências da Vida com destaque para Medicina, Biologia e Agronomia teve seu foco deslocado da pesquisa básica para a prática clínica, no contexto norte-americano e sobrepujou o setor de Engenharia e Tecnologia conforme aponta Moraes (2017) ao evidenciar uma “indústria da saúde” que vem elevando essas áreas para a maior representação de captação de recursos e, afetando as relações internas nas universidades em termos de força, poder e prestígio institucional.

A necessidade de quintuplicar a relação de doutores/habitantes até 2024 por conta do atendimento de metas governamentais como o Plano Nacional de Educação, no caso da Região Sul que possui um dos melhores indicadores, deverá ser quadruplicada para atingir os 4 doutores por mil habitantes conforme apontam Ferreira e Chaves (2018). As IES do interior podem contribuir significativamente com o aumento desses indicadores, muito embora ainda estejamos muito longe de atingir essa meta, sobretudo, por meio de mestrados profissionais e PPGs da grande área Multidisciplinar. Esses PPGs avançam no devido reconhecimento pela Capes têm sido compreendidos como parte do movimento crescente que busca repensar a fragmentação, neutralidade e dualidade da ciência e promover a interdisciplinaridade, a revisão da organização das próprias IES e das áreas do conhecimento que se opõe a uma visão disciplinar do conhecimento conforme explicam Rubin-Oliveira e Franco (2015).

Os cursos de mestrado profissional e PPGs na Área Multidisciplinar ocupam um lugar de destaque na expansão para o interior sobretudo em IES privadas e IES públicas conformando a base para qualificação profissional, científica e acadêmica, ainda que tenham

que conviver com uma condição menos favorável em termos de investimentos públicos de agências de fomento ou prestígio acadêmico, esses podem contribuir com a formação de docentes e servidores públicos vocacionados para uma visão mais abrangente do desenvolvimento de suas regiões.

A convergência de otimização de recursos em um cenário de baixo investimento que comprometerá a organização da Pós-Graduação, onde as estratégias dos órgãos de fomento público e de IES privadas e públicas com tendência para direcionar ações em grandes áreas prioritárias como Ciências da Saúde, Exatas e Tecnológicas pode comprometer as trajetórias de PPGs que almejam a condição de excelência, com grau acadêmico de menor prestígio, no colégio de humanidades ainda muito dependente de bolsas de estudos e fomento e em áreas como as Áreas Multidisciplinares, sobretudo, no interior dos três estados da Região Sul.

Enquanto as áreas do conhecimento de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Engenharias já encontram-se relativamente “interiorizadas” nas IES públicas ainda há grandes lacunas em áreas como as Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar que necessitam de um olhar mais pormenorizado em suas mesorregiões para ajustar à oferta existente levando-se em conta também a oferta privada para evitar sobreposições e sobreposições de cursos tal como o próprio VI PNPG (CAPES, 2010) havia previsto em suas diretrizes para superar a condição de análise por Unidades da Federação que tende à “estadualização” das soluções.

Dúvidas quanto à consolidação e a continuação do fenômeno de expansão de PPGs nas IFES consolidadas, a partir de políticas de austeridade e redução de investimento público em educação superior e aumento de exigências pelos órgãos de fomento como a Capes são levantadas por autores como Zancan e Bolzan (2017) em meados da década de 2010. A retomada do investimento na Pós-Graduação também deve vir acompanhada de ajustes na oferta pública e privada *stricto sensu* que poderá retomar a ascendente continuada nos últimos 50 anos de trajetória.

Sugerem-se estudos semelhantes que consideram as macrorregiões brasileiras para verificar a distribuição dos PPGs em outras partes do território. Sugere-se, igualmente, o mapeamento de cursos em escala inter-regional e intrarregional para garantia de melhor distribuição dos PPGs para funcionamento de um sistema mais equilibrado para Pós-Graduação evitando-se deslocamentos excessivos pela comunidade acadêmica e replicação de cursos de mestrado e doutorado.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código do Financiamento 001.

Referências

AFONSO, Mariângela da Rosa. O impacto do REUNI na Pós-Graduação: o caso da Universidade Federal de Pelotas. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 5, n. 3, ed. Especial, p. 102-116, ago./out. 2014.

BORTOLOZZI, Flávio; GREMSKI, Waldemiro. Pesquisa e pós-graduação brasileira – assimetrias. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, p. 35-52, nov. 2004.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: [S.n.], 2010.

CHARLES, David. Universities as key knowledge infrastructures in regional innovation systems. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 19, n. 1, p. 117-130, 2006.

CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil - a report for CAPES by Clarivate Analytics**. [S.l.]: [S.n.], 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/>. Acesso em: 15 Jan. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (GEOCAPES). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em 10 ago. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 36, n. 1, p. 3-135, 1974.

DEL VECCHIO, A.; SANTOS, E. **Educação Superior no Brasil: modelos e missões institucionais**. São Paulo: Casa Flutuante, 2016.

DE SOUZA, Donizeti Leandro; CASTRO JUNIOR, Luiz Gonzaga de; FERRUGINI, Lílian; DE MEDEIROS, Natália Carolina Duarte. Acesso à Educação Superior e o Desenvolvimento Regional: como esses construtos se relacionam. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 89, maio/ago. 2014.

DINIZ, Clélio Campolina; VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 99-115, jul./dez. 2015.

FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes; BALTAR, Marcos Antonio Rocha. Novas perspectivas para mestrados profissionais: competências profissionais e mercados regionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 72-78, jul. 2005.

FERREIRA, Luciana Rodrigues; CHAVES, Vera Lucia Jacob. A Pós-Graduação no Brasil: a expansão de doutores no novo Plano Nacional de Educação. **Revista Científica EccoS**, n. 45, p. 291-312, jan./abr. 2018.

FIALHO, Nadia Hage. Universidades estaduais no Brasil: pauta para a construção de um Sistema Nacional articulado de Educação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 21, n. 38, p. 81-93, jul./dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rede de Influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rede de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MAGALHÃES, Ana Maria Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão no contexto da expansão da pós-graduação *stricto sensu*: uma discussão necessária. **Revista Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1-18, abr./jun. 2020.

MARTINS, Carlos B. O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, p. 41-60, 2000.

MASSUCATTO, Nayara; PEZARICO, Giovanna; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Expansão da educação superior *stricto sensu*: o sudoeste do Paraná. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 1, p. 159-174, jan./jul. 2016.

McCOWAN, Tristan. The Developmental University. Higher Education and beyond the Sustainable Development Goals, **Palgrave Studies in Global Higher Education**, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO. **Desenvolvimento e Educação**. Brasília: MEC, 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n.126/2012**. Brasília, 2014.

MORAES, Mário César Barreto. **503 dúvidas para você tirar sobre a educação superior no Brasil**. Florianópolis: Nanquim, 2016.

MORAES, Reginaldo Carmello Côrrea de. Universidades norte-americanas na virada do novo milênio. *In*: MORAES, Reginaldo Carmello Côrrea de; SILVA, Maitá de Paula e; CASTRO, Luiza Carnicero de. **Modelos internacionais de educação superior – Estados Unidos, França e Alemanha**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

PAZETO, Antônio Elízio. **Universidade Brasileira e Udesc: projeto, autonomia e gestão**. Florianópolis: Editora Udesc, 2020, 191p. [ebook]

PEREIRA DE SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

PIQUET, Rosélia; LEAL, José Agostinho Anachoreta; TERRA, Denise Cunha Tavares. Mestrado profissional: uma proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação – o caso do planejamento regional e urbano. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 30-37, jul. 2005.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; FRANCO, Maria Estela Dal Pai Franco. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 27, p. 15-35, abr. 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? **Avaliação**, v. 5, n. 2 (16), p. 7-25, 2000.

SILVA, Keila Paiva; BASTOS, Ana Paula. A formação em pós-graduação na periferia da periferia. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 11, n. 23, p. 131-166, mar. 2014.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. A Educação Superior Pública brasileira nas duas últimas décadas: expansão e mercantilização internacionalizada. *In*: DE SOUSA, José Vieira (Org.). **Educação Superior: Cenários, impasses e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS (SIG) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GEOCAPES). Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/>. Acesso em 10 ago. 2020.

TREVISOL, Joviles. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, p. 505-532, ago. 2015.

VONBUN, Christian; MENDONÇA, João Luís de Oliveira. **Educação Superior uma comparação internacional e suas lições para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2012.

ZANCAN, Silvana; BOLZAN, Doris Pires Vargas. Contextos emergentes na UFSM: a expansão da pós-graduação. **Revista Educação Por Escrito**, v. 8, n. 2, p. 244-259, jul./dez. 2017.